



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Criciúma – CODEC

17/09/2025

Ata n° 08/2025

Ao décimo sétimo dia do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, deu-se início à reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CODEC, de forma presencial com a presença dos seguintes conselheiros (as): Alessandro Marques (APAE e Diomício Freitas); Andrey Manoel dos Santos (Secretaria Municipal de Saúde); Bianca Zacarias Nogueira Felisberto (Associação dos Surdos de Criciúma – ASC); Danúbio Alves da Silva Junior (Associação dos Surdos de Criciúma – ASC); Elaine Marques dos Santos (Secretaria Municipal de Educação); Graziela Torquato (Associação dos Pais e Amigos Autistas – AMA-REC/SC); Helenita Regina de Castro Cipriano (Associação dos Deficientes Físicos de Criciúma – JUDECRI); Isabelli Gomes do Nascimento (Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana); Luiz Paulo dos Santos (Fundação Municipal de Esporte de Criciúma – FME); Margarete Pereira Bosa (Instituto Nacional de Seguro Social); Maria Aparecida Floriano Panato (Fundação Cultural de Criciúma – FCC); Maria Elizabeth Ghedin Pizzollo (Sistema Nacional de Emprego); Paulo André de Lima Kuckel Mascarenhas (Gabinete do Prefeito); Samuel Brulezi Furlanetto (Secretaria de Assistência Social); Sônia Regina Teixeira Fanfa (Ordem dos Advogados – OAB); Stelamaris Giassi de Moraes (Associação Empresarial de Criciúma – ACIC). Convidada: Rosângela Pinheiro (Marista Escola Social Ir. Walmir) e Vinícios Lourenço Ribeiro (Diretoria de Trânsito e Transporte). A Vice-Presidente Helenita Regina de Castro Cipriano (Associação dos Deficientes Físicos de Criciúma – JUDECRI) deu início à reunião e informou que a conduziria até a chegada do Presidente Andrey Manoel dos Santos (Secretaria Municipal de Saúde), que se encontrava em compromissos pessoais. Na sequência, saudou os presentes, lembrou sobre a assinatura da ATA nº 07/2025 e do livro de presenças. Após esses encaminhamentos, a palavra foi concedida ao convidado Vinícios Lourenço Ribeiro, Diretor do Departamento de Trânsito (DTT), que tratou das solicitações anteriormente apresentadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CODEC, referentes à acessibilidade nos terminais de ônibus, com destaque para a gratuidade do acompanhante, prevista na Lei nº 13.146/2015, artigos 9º e 21º. O Diretor informou que será emitido parecer favorável quanto a essa demanda. Em resposta à dúvida da Vice-Presidente Helenita sobre a identificação do acompanhante, Vinícios esclareceu que este deverá se apresentar ao motorista como acompanhante da pessoa com deficiência ao ingressar pela porta traseira do ônibus, que não possui catraca. Diante disso, o conselheiro Danúbio Alves da Silva Junior (Associação dos Surdos de Criciúma – ASC) sugeriu a criação de um cartão específico



40 para acompanhantes, com o objetivo de evitar possíveis acidentes em situações nas
41 quais a pessoa com deficiência possa ficar momentaneamente desacompanhada,
42 proposta que foi aprovada pelo Diretor. Na sequência, os conselheiros deliberaram sobre
43 aspectos relacionados às paradas de ônibus do município. Vinícius explicou que a
44 definição das normas de implantação é de competência da equipe de engenharia do
45 DTT, enquanto a execução de calçadas e pisos táteis cabe à Secretaria de Infraestrutura
46 e Obras. Também destacou a importância do posicionamento adequado dos bancos nas
47 paradas, de modo a garantir espaço suficiente para cadeiras de rodas. A Vice-Presidente
48 questionou ainda sobre a emissão da carteirinha do passe livre, uma vez que o serviço é
49 realizado exclusivamente na sede da DTT, a qual não dispõe de acessibilidade. Em
50 resposta, Vinícius informou que já há solicitação para que a confecção das carteirinhas
51 seja realizada no Terminal Central. Contudo, como a Prefeitura não possui salas
52 disponíveis no local, será necessário providenciar uma mesa e um computador para
53 viabilizar o atendimento. O conselheiro Danúbio solicitou ao menos um prazo para uma
54 resposta, positiva ou negativa em relação a questão tratada, sabendo que tal assunto já
55 havia sido deliberado em reuniões passadas, porém continua sem andamento. Foi
56 também debatida entre os conselheiros a questão do respeito no trânsito, incluindo casos
57 de desrespeito à faixa de pedestres, o que gerou debate entre os presentes. O Diretor
58 Vinícius se manifestou, comentando que a principal causa da recorrente má conduta no
59 trânsito não se limita aos dias atuais, mas decorre do comportamento dos condutores ao
60 longo do tempo, e que, em muitos casos, uma possível solução para a ultrapassagem dos
61 limites de velocidade nas ruas seria a redução do limite de velocidade, visando à
62 prevenção de acidentes. Já presente na reunião, o Presidente Andrey deliberou sobre a
63 readequação do Conselho para a inclusão de um representante da DTT, ressaltando que
64 a participação nas reuniões é recorrente e que, caso a medida seja implementada, haverá
65 mais um vínculo favorável ao Conselho. O Diretor Vinícius comentou que o importante
66 é contar com alguém que possa fornecer respostas às demandas deliberadas, com isso
67 ponderou que a inclusão de um conselheiro talvez não seja a melhor solução. Ainda
68 assim, demonstrou-se disposto a oferecer toda a colaboração possível e se despediu dos
69 conselheiros, que agradeceram sua participação. O Presidente deu sequência aos pontos
70 de pauta, tratando da elaboração das perguntas dos formulários específicos,
71 diferenciando-os para servidores e aposentados. A Vice-Presidente lembrou que, na
72 última reunião, havia sido elaborado o questionário e, ao encaminhá-lo para a Gestão de
73 Pessoas, a resposta obtida foi de que a ficha em questão é pouco utilizada, pois a
74 maioria dos processos ocorre de forma eletrônica pelo sistema G-Doc. Destacou-se
75 também que não é possível registrar a condição de pessoa com deficiência apenas por
76 autodeclaração, sendo necessária avaliação pericial pela Junta Médica Oficial do
77 Município. Ressaltou-se ainda que a análise de ajustes no formulário somente será
78 viável caso haja justificativa clara e fundamentada quanto à real necessidade
79 administrativa, sob pena de gerar retrabalho sem atingir os objetivos pretendidos pelo
80 CODEC. A fim de responder às dúvidas dos conselheiros sobre a resposta, a estagiária



81 da Coordenação dos Conselhos, Giovana Mendes Beloli, informou que o questionário
82 não pode ser inserido, pois gera direito de natureza trabalhista. O Presidente
83 complementou, explicando que o laudo deve obrigatoriamente passar pela Junta
84 Médica. Os conselheiros combinaram de marcar uma reunião com o setor de Gestão de
85 Pessoas para tratar somente do formulário e atender as apontadas dúvidas para a
86 execução de tal. Seguindo para o ponto de pauta referente à organização do evento do
87 CODEC no parque, os conselheiros deliberaram sobre experiências de eventos
88 anteriores e demonstraram entusiasmo para a realização da atividade. Em sequência, o
89 Presidente informou sobre a Sessão Solene alusiva aos 25 anos do Conede, a ser
90 realizada no dia 22 de setembro, às 19h, e questionou quais conselheiros têm interesse
91 em participar, para que posteriormente seja feita a solicitação ao Gabinete do Prefeito.
92 Até a presente reunião, manifestaram interesse a Vice-Presidente e a conselheira
93 Rindalta das Graça de Oliveira (Associação de Pessoas com Deficiência da Região Sul
94 de Santa Catarina – JUDECRI). A Vice-Presidente relatou os memorandos enviados à
95 Secretaria Municipal de Educação, referentes à solicitação de informações sobre a
96 designação de professores auxiliares nas escolas da rede municipal, e à Secretaria de
97 Infraestrutura e Obras, acerca da acessibilidade em pontos de ônibus, informou que
98 ambos ainda não receberam resposta. A conselheira Isabelli Gomes do Nascimento
99 (Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana), após solicitar a palavra,
100 comunicou que foram protocolados processos para realização de vistorias de
101 acessibilidade nas Unidades Básicas de Saúde, na Unidade Central da Assistência
102 Social, na Associação Feminina de Assistência Social – AFASC, bem como nas escolas
103 municipais, abrangendo calçadas, rampas, piso tátil, corrimãos, entre outros. Esclareceu
104 que a solicitação das vistorias foi feita pelo Ministério Público e que, após a
105 fiscalização, os resultados serão encaminhados a todos os solicitantes. Não havendo
106 nada mais a tratar o Presidente agradeceu a participação dos conselheiros e finalizou a
107 reunião. E eu, Isadora Rabelo celso lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será
108 assinada por todos os presentes.

109
110 Alessandro Marques (APAE e Diomicio Freitas);

111
112 Andrey Manoel dos Santos (Secretaria Municipal de Saúde);

113
114 Bianca Zacarias Nogueira Felisberto (Associação dos Surdos de Criciúma – ASC);

115
116 Danúbio Alves da Silva Junior (Associação dos Surdos de Criciúma – ASC);

117
118 Elaine Marques dos Santos (Secretaria Municipal de Educação);

119
120 Graziela Torquato (Associação dos Pais e Amigos Autistas – AMA-REC/SC);



121

122 Helenita Regina de Castro Cipriano (Associação dos Deficientes Físicos de Criciúma –
123 JUDECRI);

124

125 Isabelli Gomes do Nascimento (Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade
126 Urbana);

127

128 Margarete Pereira Bosa (Instituto Nacional de Seguro Social);

129

130 Maria Aparecida Floriano Panato (Fundação Cultural de Criciúma – FCC);

131

132 Maria Elizabeth Ghedin Pizzollo (Sistema Nacional de Emprego);

133

134 Paulo André de Lima Kuckel Mascarenhas (Gabinete do Prefeito);

135

136 Samuel Brulezi Furlanetto (Secretaria de Assistência Social);

137

138 Sônia Regina Teixeira Fanfa (Ordem dos Advogados – OAB);

139

140 Stelamaris Giassi de Moraes (Associação Empresarial de Criciúma – ACIC);

141 Luiz Paulo dos Santos (Fundação Municipal de Esporte de Criciúma – FME).